

Artigo

A NATUREZA AMAZÔNICA E O HOMEM DO SÉCULO XVIII: BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O RELATO DE JOSÉ GONÇALVES DA FONSECA NA EXPLORAÇÃO DOS RIOS MADEIRA E GUAPORÉ (1749)

Por Maria Luiza Rocha Barbalho

Resumo: No presente trabalho analisamos o relato de exploração dos rios Madeira e Guaporé de José Gonçalves da Fonseca (1749), onde a descrição da natureza assume a função central da construção do texto. Através da análise discursiva, intentamos mostrar uma visão produzida acerca de tal natureza.

Palavras-chave: José Gonçalves da Fonseca; Natureza; Século XVIII;

Introdução

*"A terra é mui graciosa, Tão fértil eu nunca vi"
(Carta de Pero Vaz, Murilo Mendes).*

A história colonial brasileira foi escrita de diferentes formas¹, pois o processo de colonização não foi homogêneo nas diversas regiões do nosso país². Sua própria configuração espacial é bem diferente atualmente

do início do processo de colonização no século XVI, pois,

"Na era de 1530 o território entre Maranhão e Santa Catarina foi dividido em 12 capitanias hereditárias, desiguais em superfície, limitadas toda a Este pelo Atlântico, o Oeste pela linha fantástica de Tordesilhas." (ABREU, 1982, P. 175).

A União das Coroas Ibéricas, em 1580, proporcionou um processo de interiorização no espaço que antes pertencia à Coroa espanhola, mas que então passou a ser compartilhado por ambas as

¹ WEHLING, Arno, WEHLING, Maria José. Como se pensou a formação colonial brasileira. IN: **Formação do Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: 1999. p. 13-17.

² ABREU, Capistrano de. **Capítulos de história colonial (1500-1800): os caminhos antigos e povoamentos do Brasil** (1907). Brasília: Universidade de Brasília, 1982.

coroas, portuguesa e espanhola. À medida que antigas fronteiras foram ultrapassadas, a transformação do espaço desconhecido em território conhecido foi sendo consolidada. É interessante notar a singularidade do relato de José Gonçalves da Fonseca, dotado de uma proto-ciência, que observamos a partir do caráter científico e da natureza exploratória, ambos bem definidos. José Gonçalves escreve em 1749, às vésperas da assinatura do Tratado de Madri (1750)³.

Seu texto

“compõe-se de três partes: a viagem desde o Pará até à boca do rio Madeira, a navegação do Madeira e a travessia das 19 cachoeiras deste rio e a subida do rio Guaporé até Mato Grosso. O diário da navegação é completado pela sua descrição das minas do Mato Grosso e Cuiabá, conhecido pelo título Notícia da Situação de Mato-Grosso e Cuyaba: Estado de Umas e Outras Minas e Novos Descobrimentos de Ouro e Diamantes” (ALMEIDA, 2009, p. 221).

A natureza desta colônia, mais especificamente da região amazônica, se torna protagonista da narrativa de José Gonçalves, demonstrando a diferença das relações que o homem passa a ter com ela.

“A definição da relação sociedade-natureza está assentada principalmente no reforço da ideia cristã do homem como centro do mundo. A sociedade humana se auto constituiu sujeita da história terrena, criando a visão de progresso ligado ao domínio crescente sobre a natureza (Almeida et al. 2002).” (MANTOVANI, 2009, p. 3)

Assim, ter o controle sobre os aspectos dessa natureza passa a ser não somente uma necessidade do homem em seu cotidiano, mas do Estado como forma de estabelecer suas conquistas territoriais e mensurar as dimensões de suas fronteiras. Essa

explicação norteia as considerações acerca da natureza no texto de José Gonçalves da Fonseca.

Os limites do território de José Gonçalves da Fonseca (1749)

O processo de conquista do território brasileiro se iniciou oficialmente pelo governo português a partir de 1530. Na região da Amazônia esse processo foi iniciado pelos espanhóis e pelos anglo-holandeses ainda nesse período. Nos relatos observamos a revelação de um imenso espaço em estado de natureza. Com o período de união entre as coroas portuguesa e espanhola (1580-1640), o processo de interiorização no território colonial brasileiro começou a se configurar. A ocupação luso-brasileira na região amazônica só irá ocorrer a partir de 1614, com a expedição de Castelo Branco, capitão-mor português, fundador da cidade de Belém.

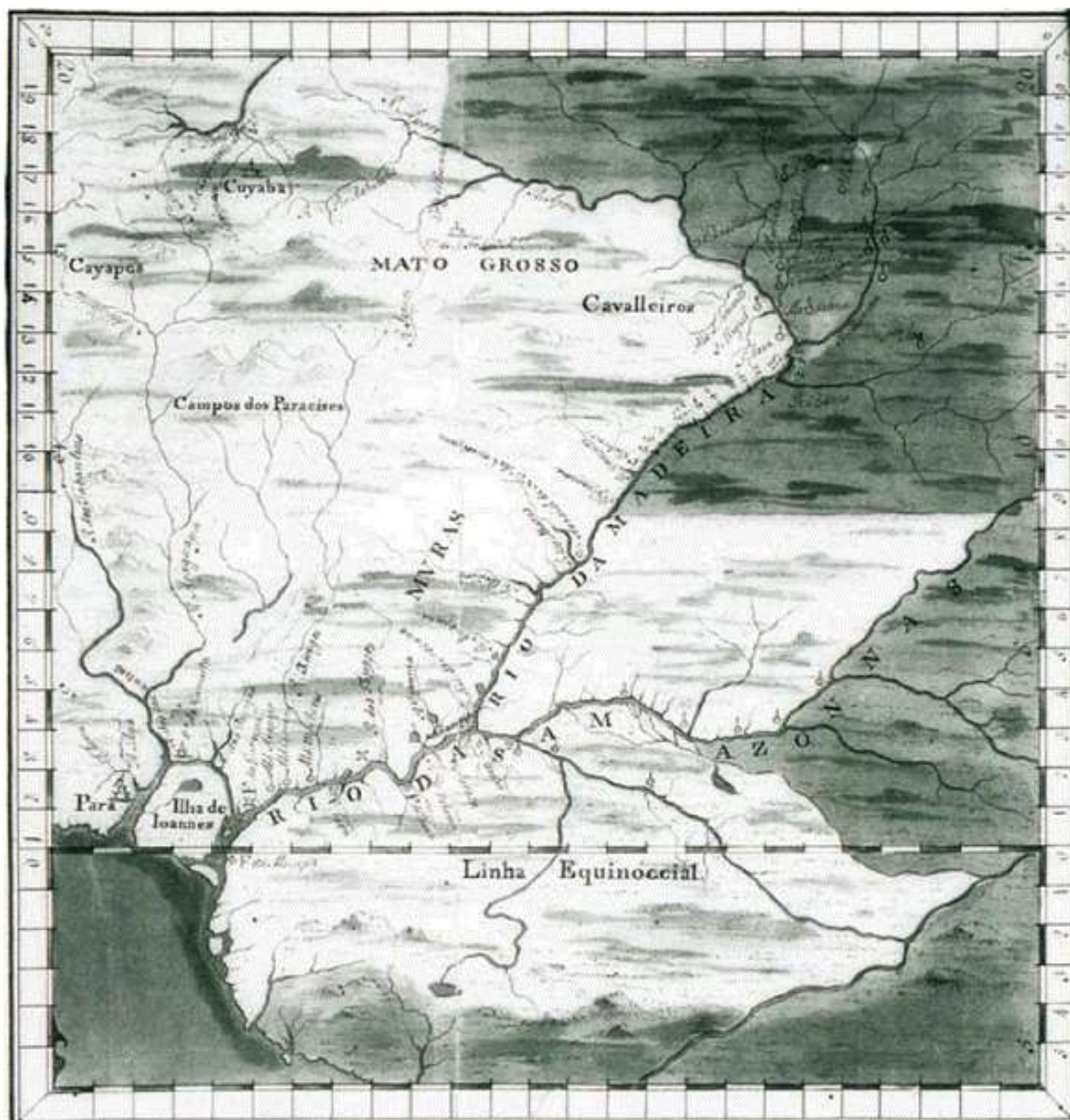
Com a dissolução da União das Coroas Ibéricas em 1640, tornou-se possível a existência de disputas territoriais entre Portugal e Espanha, estabelecendo assim região como “fronteira natural a marcar os pontos extremos das coroas ibéricas.” (HOLANDA, 1985, p. 258). Com a fixação dos portugueses neste território, a expansão se deu de forma rápida, realizada sem grandes contingentes humanos e resultou para Portugal em uma nova fronteira.

De forma legítima, apenas com o Tratado de Madri, em 1750⁴, foi que o problema com os limites – estabelecidos com o processo de interiorização do sertão e da região amazônica – tornou-se

³ O Tratado de Madri (1750) foi o documento oficial que estabeleceu de forma definitiva as fronteiras da América espanhola e da América portuguesa. O objetivo do tratado era substituir o de Tordesilhas, o qual já não era mais respeitado na prática.

⁴ “Para a historiografia brasileira, o Tratado de Madri representa a base histórico-jurídica da formação territorial do

país, por ser o primeiro documento a definir com precisão suas fronteiras naturais. Para historiadores argentinos, no entanto, este tratado teria sido extorquido ao governo espanhol, por incapacidade ou por influência da rainha da Espanha, filha do rei português.”. Cortesão, Jaime. **Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid: Parte I** Tomo I (1695-1735). Rio de Janeiro: Instituto Rio Branco, 1950.p. 7-8.



Mapa da rota dos rios Madeira, Mamoré e Guaporé ligando Belém do Pará ao Mato Grosso. [ca. 1752]. Fundação Biblioteca Nacional

provisoriamente oficial entre as duas coroas. As fronteiras finais que configuraram o atual espaço brasileiro foram estabelecidas pelo Tratado de Santo Ildefonso, em 1777. Conhecer os limites dessa fronteira, para poder defender sua posse no campo jurídico era o primeiro objetivo da expedição de José Gonçalves da Fonseca:

"Sahirão as canoas de Sua Magestade em 14 de julho do porto da cidade do Grão-Pará com

desígnio de fazer viagem pelo rio Amazonas, e deste entrar no Madeira seu confluyente da margem do Sul, e buscar por elle os Arrayaes do Mato-Grosso, na forma de ordens d'El-Rey Nosso Senhor." (FONSECA, 1749, p. 269).

A primeira exploração dos rios Madeira e Guaporé foi ordenada pelo governo del-Rey D. João V (1706-1750)⁵, que procurou resolver as recorrentes disputas com a Espanha pelas

⁵ Período do governo de D. João V.

possessões coloniais da América do Sul; “a grande prioridade, porém, sempre foi o Brasil, a defesa de suas rotas e a definição de suas fronteiras” (CADIM, 1998). Entretanto, poucos relatos detalhavam os territórios do Norte, em especial a região amazônica. Isto se deu por haver certa obsolescência dos trabalhos cartográficos portugueses⁶.

“A cartografia em Portugal, no século XVIII, tornou-se limitada a cópias dos mapas e atlas estrangeiros ou confecção de mapas topográficos. Este é o cerne dos problemas das demarcações; era necessário realizar observações e cálculos científicos in loco que pudessem ser acreditados pela comunidade cartográfica, uma vez que os mapas haviam se tornado incapazes de legitimar pretensões territoriais se não fossem embasados por uma construção científica acreditada.” (PEIXOTO, 2011)

Devido a essa necessidade científica, este relato faz uma minuciosa descrição do território, mais especificamente da região amazônica. Sua narrativa que é essencialmente descritiva, em que estabelece um rígido controle geométrico e geográfico do espaço descrito como também da natureza.

A natureza e seu mundo na narrativa de José Gonçalves da Fonseca (1749)

Para Mary Louise Pratt (1999), a natureza é região ou ecossistema não dominado pelo europeu. Nos relatos de viagem os quais analisa em sua obra, intitulada *Os Olhos do império*, nota-se a presença de um fascínio advindo do exotismo da natureza do “Novo Mundo”. Inclusive, o mesmo ocorreu em relação à região amazônica,

“(...) houve um novo fascínio entre os europeus, que iam à América, já não apenas para ocupar cargos burocráticos, mas em expedições de estudo, demonstrando um interesse renovado sobre a Amazônia.” (PORTO, 2006, p. 6)

A natureza até meados do século XVII ainda não havia sido conquistada pela ciência⁷. Mas o relato de Jose Gonçalves da Fonseca (século XVIII) já é marcado por apresentar uma natureza “sob controle”, revelando uma mudança de mentalidade em relação à natureza. É possível inclusive observar ao longo da narrativa uma série de elogios a essa natureza e seus componentes:

“He o mesmo rio abundante de peixe, e suas margens e ilhas de toda sorte de caça, e gosão aquelles habitantes desta fertilidade que a natureza espontaneamente lhes offerece, e poderão adiantar a sua utilidade dos fructos, se cultivassem as terras com cuidado, pois são todas de huma e outra margem de admirável disposição para todo gênero de lavoura.” (FONSECA, 1749, p. 270-271)

Os diversos adjetivos que utiliza para elogiá-la – salutífera, abundante, fértil, admirável, diáfana, aprazível, agradável, formidável, saborosa, grande, viçosa, formosa, caudalosa, dilatada – aparecem em maior quantidade sempre em seu relato do que os que aparecem para depreciá-la. O processo de controle e/ou domínio desta natureza, faz parte não só do seu relato unicamente, mas da posse do mito de Adão. No que era representação do Paraíso terrestre – o Novo Mundo: “Deus já dera ao homem o domínio sobre a Natureza” (LENOBLE, 2002. p. 266). Este homem – o branco civilizado e cristão – deveria, pois, tomar posse daquilo que lhe pertencia, conforme assegurado pelo direito de Adão.

[...] em lugar de querer ser o centro do mundo, aceita-se que a Natureza tenha seus mecanismos e suas próprias leis, sem qualquer relação com os nossos desejos afetivos; é preciso que ela se torne completamente autônoma, “outra”, para que possamos possuir, e até subjugar esta alteridade capaz, no futuro de nos enriquecer pela sua novidade. (LENOBLE, 2002, p. 262)

A forma como essa natureza aparece pacificada corresponde a uma metáfora da pacificação dos

⁶ Segundo Peixoto (2011), a cartografia portuguesa nos séculos XVII e XVIII, se encontrava em processo decadente em relação aos avanços ocorridos em outros lugares da Europa.

⁷ LENOBLE, Robert. *Historia da ideia de Natureza*. Lisboa: Ed. 70, 2002. P. 258.



Gravura de John White retratando família de índios tupinambás (também chamados tamoios), a etnia indígena que ocupava a região de Niterói na época da chegada dos primeiros europeus, no século XVI.

indígenas, tidos como selvagens e pagãos na medida em que não eram brancos e, tampouco, europeus. A natureza e os índios são o Outro.

Enquanto a geografia nesta fonte é minuciosamente documentada, o mundo humano é naturalizado fazendo com que a presença das sociedades locais desapareça no relato, ou quando aparece, é de forma extremamente suavizada. Como exemplo disto, é possível citar a descrição da Villa do Camutã:

"Acha-se esta Villa situada em 2gr. e 40 min. de elevação austral na margem dos Tocantins, á parte occidental, em sitio pouco elevado, aonde faz huma planície capaz de se construir nella muito melhor povoação da que existe, que se contem em huma pequena rua de cazas humildes, e sómente duas com cobertura de telha; tem Igreja Matriz mui pobres edificios e ornatos; e hum hospício de Mercenários, não menos

destituído de Igreja e claustros, porem tem muito melhor asseio para o Culto Divino." (FONSECA, 1749, p. 270).

A descrição de José Gonçalves, grosso modo, é muito mais espacial e geográfica do que social e, por conseguinte, cultural. Da mesma forma, a presença dos indígenas aparece como integrante de uma natureza harmonizada; não como um ameaça ou obstáculo. Inclusive são os índios da aldeia do Parejó que em sua jornada aparecem para o serviço de condução do explorador, não apenas por estarem familiarizados com a geografia local, mas também por possuírem uma extraordinária habilidade cartográfica⁸. Inegavelmente José Gonçalves utilizou o conhecimento indígena para produzir o seu relato, mas como era uma tendência dos cronistas da época⁹, essa contribuição era diminuída ou negatizada, e quando aparecia possuía até mesmo um tom de descrença, como podemos notar a partir do seguinte trecho:

"se houver de se dar credito ao que dizem os Índios, ha nestes Lagos cobras de tão desmedida grandeza em comprimento e grossura, que depois da balêa não se sabe que no Oceano hajão outros animaes tão avultados, como as taes cobras." (FONSECA, 1749, p. 279).

A integração do índio com a natureza é tanta que o desenvolvimento da hoje chamada, medicina natural, data deste período. As interações culturais ocorridas nas relações assimétricas de poder configuraram o processo de miscigenação cultural entre o indígena e o homem branco – transmitidas por tradições e costumes variados que chegaram aos dias atuais.

"Existiu, portanto, um reconhecimento da base de sabedoria popular e da existência de uma medicina indígena, assim como a larga influência na que foi introduzida pelos europeus, que talvez

⁸ HOLANDA, Sérgio Buarque. **Caminhos e fronteiras**. São Paulo: Companhia das letras, 1994. P. 23.

⁹ Ibidem. P. 77.

possamos dizer que seja consensual. A diferença estaria apenas em que medida este saber indígena é destacado ou possui um lugar específico, tanto na construção do espaço amazônico quanto para a formação de uma cultura científica.” (PORTO, 2006, p. 158)

Esse conhecimento medicinal não é destacado de forma direta por José Gonçalves, mas podemos observá-lo no que se refere às qualidades dos ares e das águas, que neste aspecto eram de extrema importância para o século XVII, o que é evidenciado em seu relato através da adjetivação de ambos:

“[...] os ares dos Tocantins são salúferos, os horizontes mui alegres, as agoas do rio mui crystallinas e saborosas.” (FONSECA, 1749, p. 270).

“A meia ladeira de elevação corre de hum penhasco huma fonte d’agoaexcellente, mui diáfana, saborosa, e com a circunstância ou qualidade de mui diurética.” (FONSECA, 1749, p. 279).

A relação entre José Gonçalves e os índios era de bastante proximidade, o que atuou no sentido de promover uma *transculturização*, segundo Pratt (1999), ou mesmo uma *miscigenação cultural* - fenômeno particular das zonas de contato. Essa troca, ao que podemos concluir, permitiu a riqueza do relato e as diversas apropriações do conhecimento indígena.

Considerações finais

O processo de conquista da região amazônica em relação ao de outras partes do território brasileiro ocorreu de forma tardia, e isso aparece enfatizado pelo Frei Vicente de Salvador, em sua conhecida frase: “os portugueses arranhavam a Costa como caranguejos”. De toda forma, esse processo foi efetivado pelos portugueses e legitimado, primeiramente pelo Tratado de Madri (1750) e, depois, pelo Tratado de Santo Ildefonso (1777).

Tornou-se necessário um maior conhecimento desta região e de seus limites, algo que ajuda a explicar a existência de viagens exploratórias tais como àquela de José Gonçalves da Fonseca em 1749, posto que a ênfase de seu relato nos aspectos naturais e geográficos fazia parte da necessidade cartográfica da época.

A natureza para ele não aparece em uma perspectiva desafiadora, ou pelo menos isto é atenuado no decorrer do relato. Aparece como resultado da efetiva colonização da região – o que nos faz perceber que a natureza é tão “Outro” quanto o indígena: José Gonçalves procurou controlar tanto a natureza quanto o índio. Seu relato ainda minimiza a presença das povoações existentes por onde ele passa, pois seu objetivo aparece como sendo o de descrever mais a flora do que os povoamentos e a fauna. As contribuições indígenas também são diminuídas, mesmo que José Gonçalves não a explicita, pois a não explicitação aparece como estilo e finalidade de relatar, sobretudo, as características do território.

Os indígenas deram muitas contribuições e isso possibilitou um relato rico em detalhes, tendo como centro a descrição da natureza: a natureza é a protagonista da fonte. O documento se torna de suma importância para a historiografia do período colonial, pois apresenta a ação da coroa portuguesa dentro de um território tão longínquo como a Amazônia e desta forma nos permite refletir sobre as diversas relações estabelecidas dentro deste território.

Maria Luiza Rocha Barbalho é graduanda em licenciatura em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Bolsista de Iniciação Científica pela PROPESQ/ CNPq. Contato: malurochabarbalho@gmail.com

Referências

- ABREU, Capistrano de. **Capítulos de História Colonial (1500-1800): os caminhos antigos e povoamentos do Brasil** (1907). Brasília: Universidade de Brasília, 1982.
- ALMEIDA, André Ferrand de. A viagem de José Gonçalves da Fonseca e a cartografia do rio Madeira (1749-1752). **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. N. Sér. v.17. n.2. p. 215-235. jul.- dez. 2009.
- CARDIM, Pedro. D. João V (1706-1750): O ouro, a Corte e a diplomacia. IN: MATTOSO, José (Org.). **História de Portugal: O Antigo regime (1620-1807)**. Portugal: Estampa, 1998.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. **Caminhos e Fronteiras**. São Paulo: Companhia das letras, 1994.
- _____. **História geral da civilização brasileira: Do descobrimento à expansão territorial**. São Paulo: Difel, 1985.
- LENOBLE, Robert. **Historia da ideia de Natureza**. Lisboa: Ed. 70, 2002.
- PEIXOTO, Renato Amado. **Cartografias imaginárias**. Natal/Campina grande: Edufrn, 2011.
- PORTO, Maria Emília Monteiro. **Visões da fronteira tropical: o Reformismo Ibérico em perspectiva comparada: o processo de construção da fronteira amazônica, 1750 – 1830**. Tese (Pós-doutorado) - Universidade de Salamanca, Salamanca, 2006.
- PRATT, M. L. **Os olhos do Império: relatos de viagem e transculturação**. Bauru: EDUSC, 1999.

